

A Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal, doravante designada por APDP, fundada em Lisboa, a 13 de maio de 1926, por uma iniciativa do Doutor Ernesto Roma, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social destinada à luta contra a diabetes. A APDP, pessoa coletiva 500 851 875, sediada na Rua Rodrigo da Fonseca 1, 1250-189 Lisboa, presta serviços de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, integração social e comunitária das pessoas com diabetes e a defesa dos seus direitos e proteção às pessoas com diabetes em situação de manifesta e reconhecida carência económica.

No âmbito da sua atividade a APDP procede ao tratamento de dados pessoais de vários titulares de dados, designadamente associados, utentes e formandos, garantindo o respeito pelas melhores práticas no domínio da proteção de dados pessoais. Nesse sentido, a presente Política de Privacidade destina-se a transmitir aos titulares dos dados pessoais os termos do tratamento dos seus dados, os quais são tratados no estrito cumprimento do disposto na legislação em vigor, designadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (adiante, RGPD).

1. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO E ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

A APDP é a entidade responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais.

A APDP designou um Encarregado de Proteção de Dados que poderá ser contactado mediante:

Endereço eletrónico:

rgpd@apdp.pt

ou

Carta:

Ao cuidado de Encarregado de Proteção de Dados

Rua Rodrigo da Fonseca, N.º 1

1250-189 Lisboa

2. DADOS PESSOAIS E RESPETIVO TRATAMENTO

Por dados pessoais entende-se toda a informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, como por exemplo, o nome, a morada, *e-mail*, idade, estado civil, dados de localização, genéticos, fisiológicos, económicos, culturais ou sociais. É identificável a pessoa que possa ser determinada quanto à sua identidade, em especial, por referência a um identificador: nome, número de identificação, dados de localização, elementos da identidade física, fisiológica, genética, etc.

Os dados relativos à saúde, são uma categoria especial de dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde.

Por tratamento de dados entende-se qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, tais como a recolha, o registo, a organização, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, por difusão ou por qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, bem como a limitação, apagamento ou destruição.

Doc 01_01

Rua Rodrigo da Fonseca, 1 | 1250-189 Lisboa | Telefone: 213 816 100 | E-mail: diabetes@apdp.pt

A APDP procede ao tratamento dos seguintes dados pessoais:

Titular dos dados	Dados Pessoais
Utentes	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dados de identificação pessoal ➤ Dados de identificação fiscal ➤ Dados de contacto ➤ Dados relativos à saúde ➤ Dados relativos à origem racial ou étnica
Associados	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dados de identificação pessoal ➤ Dados de identificação fiscal ➤ Dados bancários ➤ Dados de contacto
Formandos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dados de identificação pessoal ➤ Dados de identificação fiscal ➤ Dados de contacto ➤ Dados profissionais e académicos
Candidatos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dados de identificação pessoal ➤ Dados de contacto

3. QUANDO RECOLHEMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

A APDP procede à recolha dos seus dados pessoais de acordo com finalidades previamente definidas. Não é obrigado a fornecer à APDP os dados pessoais que solicitamos mas, caso entenda não o fazer, poderemos não conseguir oferecer-lhe os nossos serviços, transmitir-lhe determinadas informações ou responder a alguma questão que possa ter.

Os seus dados podem ser recolhidos diretamente pelos nossos colaboradores ou, indiretamente, pelos nossos prestadores de serviços que lhe prestam serviços em nosso nome ou de terceiras entidades que transmitem dados à APDP. Nesse sentido, a APDP procede à recolha dos seus dados pessoais de forma direta, designadamente através:

- Da APDP, de forma presencial e telefonicamente;
- Online, através da www.apdp.pt; do my.apdp.pt;
- De e-mail;
- De iniciativas da APDP (Formações e Eventos organizados ou que participa);
- Consultas e exames.

4. FUNDAMENTO E FINALIDADES PARA TRATAR OS SEUS DADOS PESSOAIS

O tratamento dos seus dados pessoais é sempre realizado de acordo com finalidades previamente determinadas.

A APDP procede ao tratamento dos seus dados pessoais para fins ligados à execução da prestação de serviços de cuidados de saúde de carácter preventivo, curativo e de reabilitação, integração social e comunitária das pessoas com diabetes; investigação científica; garantir o exercício dos direitos e deveres dos associados; garantir a proteção e segurança dos titulares dos dados; cumprimento de obrigações legais; gestão contabilística, fiscal e financeira; gestão de contencioso; gestão da relação do titular dos dados com a APDP;

Doc 01_01

Rua Rodrigo da Fonseca, 1 | 1250-189 Lisboa | Telefone: 213 816 100 | E-mail: diabetes@apdp.pt

gestão de recursos humanos; envio de newsletters, revistas, informações sobre formações e outras informações institucionais da APDP.

Os dados pessoais dos respetivos titulares são objeto de um tratamento lícito, pelo que, apenas procedemos ao seu tratamento quando se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações:

- (i) Obtemos o seu consentimento para o tratamento, nos casos em que este é necessário. Tal sucede, por exemplo, com a subscrição da nossa *newsletter*;
- (ii) Executamos diligências pré-contratuais e contratuais a seu pedido, designadamente quando prestamos serviços por si solicitados de cuidados e tratamentos de saúde;
- (iii) Para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, prestação de cuidados ou tratamentos de saúde;
- (iv) Para efeitos de investigação científica;
- (v) Cumprimos obrigações legais, por exemplo, quando temos que transmitir os seus dados pessoais a entidades policiais, judiciais, fiscais ou reguladoras;
- (vi) Protegemos e defendemos os seus direitos.

5. QUANDO TRANSMITIMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS

Não partilhamos os seus dados pessoais com pessoas singulares e coletivas externas à APDP, exceto quando: (i) obtemos o seu consentimento, quando aplicável; (ii) estamos perante entidades a que a APDP recorra para prestação de determinados serviços, nomeadamente entidades que prestem serviços de suporte informático e prestadores de serviços clínicos; (iii) temos que cumprir obrigações legais, nomeadamente transmissão de dados a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras; (iv) protegemos e defendemos os seus direitos; e, por último, (v) no interesse legítimo da APDP de apresentar ações ou queixas no interesse dos nossos direitos ou para proteger os seus.

Relativamente às categorias especiais de dados, tais como os dados relativos à saúde, terão acesso aos mesmos os médicos e outros profissionais de saúde adstritos à prestação de cuidados e tratamentos de saúde. Para além dos profissionais mencionados sujeitos à obrigação de sigilo profissional, podem aceder a estas categorias especiais de dados colaboradores que, contratualmente, assumiram tal obrigação de confidencialidade.

Todas as entidades a quem possam ser comunicados os seus dados estão contratualmente obrigadas a guardar sigilo, bem como à garantia de adoção de medidas técnicas e organizativas adequadas a fim de assegurar o cumprimento do RGPD.

6. PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

O período de tempo durante o qual os seus dados pessoais são conservados é o estritamente necessário para a realização da finalidade definida ou, quando se aplique, até que exerça o seu direito de oposição, direito ao apagamento ou retire o consentimento.

Contudo, casos existem em que a APDP está legalmente obrigada a conservar os dados pessoais por um período de tempo determinado. Tal sucede, designadamente com os dados relativos à saúde, na medida em que há que respeitar a legislação referente à conservação dos arquivos relativos àqueles dados pessoais.

Depois de decorrido o período de conservação, a APDP eliminará ou procederá à sua anonimização.

7. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS

Os titulares dos dados têm o direito de solicitar o acesso aos dados pessoais que lhes digam respeito, à sua retificação, ao seu apagamento, à limitação do tratamento no que disser respeito ao titular dos dados, à oposição ao tratamento, bem como à portabilidade dos dados. Quando o tratamento de dados pessoais se basear no seu consentimento pode, ainda, em qualquer altura, retirar o seu consentimento sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento.

Em especial, quanto aos dados relativos à saúde, o acesso à informação de saúde pode ser exercido, ainda, por intermédio do seu médico.

Caso entenda que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento lícito por parte da APDP, o titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra entidade de controlo competente nos termos da Lei.

O exercício dos direitos é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado, excessivo ou injustificadamente reiterado, caso em que poderá ser cobrada uma taxa razoável tendo em conta os custos administrativos.

A resposta aos pedidos deverá ser prestada, sem demora injustificada, no prazo de um mês a contar da receção do pedido, salvo se for um pedido especialmente complexo ou ocorrer em circunstâncias excecionais. Esse prazo pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade do pedido e o número de pedidos recebidos.

8. SEGURANÇA DOS DADOS PESSOAIS

A APDP está empenhada em assegurar a confidencialidade, proteção e segurança dos seus dados pessoais, através da implementação das medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra a sua perda, destruição ou danificação, acidental ou ilícita, assim como para assegurar que os dados facultados sejam protegidos contra o acesso ou utilização por parte de terceiros não autorizados. Nesse sentido, a APDP compromete-se a implementar as melhores práticas de segurança de informação.

A APDP não se responsabiliza e não presta garantias relativamente a outros *sites* que possam ser acedidos através de hiperligações no nosso site. Adicionalmente cabe ao utilizador tomar precauções e assegurar-se que a informação que retire não contenha características de natureza prejudicial.

9. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A APDP reserva-se ao direito de, a qualquer momento, proceder a alterações ou atualizações à presente política de privacidade, sendo essas eventuais alterações publicitadas no *site* da APDP.

Recomendamos que consulte periodicamente a nossa política de privacidade para se manter informado sobre o modo como a APDP protege os seus Dados Pessoais e se manter atualizado sobre as informações e direitos que lhe assistem.

Atualização: 20 de junho de 2018.